

Projeto Educom. rádio: uma prática educativa social

Matheus Henrique Pinheiro Ribeiro

Rosana M. P. B. Schwartz

Educomunicação na América Latina é ação que se desenvolve paulatinamente desde os anos de 1960. É interface entre educação e comunicação, com intuito de contribuir para os processos de ensino/aprendizagem por meio de recursos tecnológicos. Tem comportamento distinto da comunicação direta funcionalista que divide as pessoas entre emissores e receptores.

Na América Latina apareceu em projetos que visavam observar as análises realizadas por crianças sobre o cinema e a produção de audiovisual pela perspectiva dos meninos e meninas. Em 1968, por iniciativa do pedagogo Luis Campos Martínez, foi criado o Plan de Niños - PLAN-DENI, que previa a capacitação de educadores para utilizarem o cinema como ferramenta de ensino em sala de aula. No ano seguinte, a Organização Católica Internacional de Cinema passou a colaborar com o PLAN-DENI ampliando o projeto.

No Brasil, seguindo os protocolos culturais do PLAN-DENI, a prática da educação para as crianças ocorreu por meio do projeto Cineduc, no Rio de

Janeiro. O projeto se estendia aos jovens e adultos através de debates sobre comunicação e educação e temas políticos, em cineclubes. Essas ações contribuíram para que, nos anos 1970, intelectuais, artistas e educadores latino-americanos problematizassem as interferências dos meios de comunicação nas crianças e jovens.

A Educação envolvendo as Mídias, estava carregada da Teoria dos Efeitos, conceito norte-americanos, comportamentalista de receptor e audiência passiva dos sujeitos. As crianças e jovens reforçavam o estudo dos conteúdos tratados em sala de aula pelo professor, com as mídias (cinema, rádio e televisão). Os programas eram selecionados de acordo com o objeto de estudo, as mensagens transmitidas por esses meios. Não se discutiam os processos de produção ou as relações de poder em suas entrelinhas. O que criou resistência do uso dessas ferramentas na educação. Nesse contexto histórico social, cultural e econômico que a Unesco, em 1979, em congresso no México, propõe junto com Ministros da Educação e do Planejamento dos países Latino-Americanos, fortalecer a percepção da validade da comunicação unida à educação. A educação passa a ser elemento privilegiado nas discussões sobre o desenvolvimento geral da região - Projeto Educação na América Latina e Caribe.

Em 1981, em Quito, a Unesco conseguiu deliberar e especificar métodos de usos dos meios de comunicação nas escolas. Em Curitiba, Brasil, Santiago do Chile e Buenos Aires, Argentina, entre 1985 a 1988, foram realizados Seminários Latinoamericanos de Educação e meios de comunicação.

Na década de 1990, o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, com apoio do *World Council for Media Education* (sede em Madri) propõem o I Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação sob a temática "*Multimedia and Education in a Globalized World*".

Roberto Ferguson, destaca que a metodologia empregada deveria instigar a construção coletiva e solidária de conhecimentos - Educomunicação.

Proposta de educação pelo rádio

A relação rádio/educação existe desde a criação do veículo de comunicação no Brasil, nos anos de 1920. Diversas experiências foram realizadas. Edgard

Roquette-Pinto e Henrique Charles Moritze afirmavam que: O rádio possuía o potencial de transmitir notícias aos sujeitos que não sabem ler e também era o mestre de quem não podia ir à escola (TAVARES, 1999, p.8).

Na década de 1920, Sampaio Dória, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira propuseram reformas na educação objetivando implantar uma política nacional de educação. Destacaram a importância do ensino primário leigo, obrigatório e gratuito, sob responsabilidade do Estado (AZEVEDO, 2001). No furor dessas discussões surgiram emissoras de rádios como a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e a Rádio Educadora de São Paulo.

A Rádio Sociedade criou programas de aulas de história do Brasil, geografia, história natural e de aulas em línguas estrangeiras francês (FEDERICO, 1982). Intelectuais e cientistas, como o físico alemão Albert Einstein e o artista futurista Filippo Tommaso Marinetti, apresentaram algumas ponderações em palestras no veículo de comunicação. A proposta educativa estava conectada aos projetos de nação do período, elevação do nível intelectual e educativo da população (FEDERICO, 1982, p. 48).

Roquette-Pinto publica em 1926, na Revista *Eléctron*, um artigo intitulado “Radioeducação do Brasil”, no qual desvela o projeto dos intelectuais brasileiros de tirar o Brasil da classificação de país atrasado. Esse projeto vislumbrava a criação em todos os Estados de uma radioescola, que englobasse os municípios limítrofes com radioescola municipal (SALGADO, 1946).

Já em São Paulo, a Rádio Educadora de São Paulo, por ordem da Diretoria de Instrução Pública, efetivou uma experiência, colocando um aparelho de rádio receptor no Grupo Escolar Prudente de Moraes. Não obtiveram sucesso, pois a experiência era nova para os educadores encarregados.

Com a Revolução de 1930, a sociedade brasileira passa para uma outra fase, para um novo projeto de Nação Nacional, onde a rádio e a educação se configuram como bases.

A perspectiva educativa pelo rádio exigia regulamentação do veículo de comunicação no Brasil. Em 1936, foi criado o Serviço de Radiodifusão Educativa, por determinação do governo de Getúlio Vargas, e direção de Roquette-Pinto. O Ministério da Educação e Saúde Pública, que tinha como ministro Gustavo Ca-

panema estão à frente da Rádio MEC - atual Rádio MEC AM, do Rio de Janeiro - (FEDERICO, 1982, p. 46).

Com o Estado Novo (1937-1945), e intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda DIP, a rádio educativa é controlada e os objetivos do projeto centralizados na formação do civismo e nacionalismo (MOREIRA, 1991).

Assim, os programas específicos de educação só conseguiram efetivação a partir da década de 1950. O curso Universidade no Ar, da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, se destacou por que oferecia instrução em letras, ciências, didática e pedagógica. Em São Paulo, por meio do sistema SENAC e SESC, a radio contribuiu no aperfeiçoamento das leituras das lições, pelos docentes em microfones. O objetivo era atingir a classe operária da capital e do Interior.

Entre os projetos que envolviam rádio e educação, um projeto rejeitado pelo governo, foi o proposto pelo docente, na época, João Ribas da Costa. Ele desejava erradicar o analfabetismo no nordeste brasileiro com o auxílio da rádio. A negativa deveu-se à compreensão de que o ensino da leitura não se realizaria nunca através do rádio, pois exigiria sempre a presença do professor. Em menos de um ano, Geraldo Jañuzzi, sem conhecer o projeto de João Ribas da Costa, implantou um curso de alfabetização de adultos pela emissora ZYM-7, da cidade fluminense de Marquês de Valença e obteve sucesso. (SALGADO, 1946, p.87).

No decorrer dos anos de 1950, cresceram os cursos básicos do Sistema de Rádio Educativo Nacional (SIREN), patrocinados pelo MEC e dirigidos por Ribas Costa. (MOREIRA, 1991, p. 20).

Na década de 1970, o governo federal implantou um projeto que utilizava trinta minutos da programação diária obrigatória, por todas as emissoras, para educação a distância, o Projeto Minerva. Através da Rádio MEC a programação era gerada via Embratel do Rio de Janeiro, para todas as áreas cobertas pela rede de telecomunicações.

Projeto que só foi substituído em fevereiro de 1999, por meio da assinatura de um convênio no Governo Fernando Henrique Cardoso, pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza com a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT).

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro da Educação, Cristovam Buarque assinou um convênio para veiculação de programas educativos no rádio e na televisão de educação especial e a distância, o Rádio Escola, composto por aulas gravadas pelo professor – com aulas de alfabetização, exercícios e discussões, pelo aluno – com cantorias de viola, para territorializar sua origem geográfica no contexto da cultura popular e pelo radialista – com 60 programas, com três minutos cada, para as emissoras de rádio interessadas em veiculá-los. Na atualidade, a experiência que se destaca é o projeto Educom.rádio: educação pela onda do rádio.

Educomunicação e Educação Midiática

Na educomunicação, o processo comunicativo é compreendido como um direito humano, que está ainda mais acessível a todos por contar com um suporte barato hoje em dia. A relação entre comunicação e educação se caracteriza pelo espaço comum entre elas, na qual a comunicação oferece recursos e processos para educação.

A educomunicação sistematiza os conhecimentos buscando uma educação para a mídia e a recepção crítica das informações. O direito à comunicação é universal, e a Educomunicação proporciona o manejo e a reflexão sobre os meios e sua produção. Ela tem por objetivo “empoderar” as crianças para se desenvolverem não apenas na linguagem escrita, mas também na visual, oral e digital. Como resultado este trabalho pôde observar melhora no aprendizado e envolvimento dos discentes em múltiplos aspectos, sociabilidade, trabalho em equipe, inclusive com relação aos conteúdos formais dos componentes curriculares.

A pesquisa constatou que Educomunicação se faz presente na escola em três níveis distintos. O primeiro, lúdico, no qual a criança começa a dominar os equipamentos por meio de oficinas. Fase compreendida por elas como brincadeira, distração, não obstante, apresentando grande fator motivador. Depois, a fase pedagógica, quando passam a dominar as linguagens, que podem ser usadas para a transmissão de conteúdos formais, auxiliando no ensino de geografia, história, português, matemática, entre outras disciplinas. E o terceiro momen-

to, quando a educomunicação começa a propor ações concretas comportamentais no ambiente escolar, doméstico e na comunidade ao redor. Segundo, relatos obtidos por meio, de entrevistas, pelo método da história oral, ela aumenta o protagonismo de professores e alunos com ações voltadas às questões relativas à cidadania.

As ponderações de Davadoss, na perspectiva educ comunicativa, ultrapassou as problematizações com relação à mídia e educação para adentrar no campo da cultura. Tratou da formação do conceito, que pressupõe independência epistemológica de ação, uma vez que busca sua sustentação na interface dialógico prática da Educação e da Comunicação em prol das transformações sociais e direito universal de expressão e comunicação. Não obstante, pergunta-se: como levar a educomunicação para o currículo escolar?

Para responder, o projeto existente desde 2001, de formação de professores da prefeitura de São Paulo, abre possibilidade para a implantação da educomunicação. Docentes recebem um adicional salarial e reforço de aprendizagem fornecido por especialistas em educomunicação para derrubar barreiras com relação à metodologia. No estado do Mato Grosso, em parceria com a Secretaria de Educação, Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Educação (MEC), as ações promovem atividades relacionadas à sustentabilidade. Prática com cerca de 25 mil jovens de todo o país.

A educomunicação se faz presente em muitos estabelecimentos, inclusive em estabelecimentos de ensino particulares, como no Colégio Presbiteriano Mackenzie. Dessa forma, esta pesquisa observou, o conceito de educomunicação sendo legitimado. Existem ainda, três cursos de graduação nessa área, na Universidade de São Paulo – USP, na Universidade Federal de Campina Grande e na Universidade Estadual de Santa Catarina.

Além disso, uma série de leis municipais está sendo criada em favor da sua aplicação prática em vários estabelecimentos de ensino.

Com relação à prática pedagógica, educação, percebe-se ganho no que diz respeito à autonomia no manejo das tecnologias e na inserção de temas como educação ambiental. O desafio é garantir a formação continuada de docentes e discentes. O Ministério da Educação e Cultura – MEC, fornece curso à distância

para 100 mil pessoas interessadas - “Mídia na Educação”. Contudo, ainda se percebe a carência pujante de discussão entre educadores e comunicadores sobre temas e objetivos comuns.

O rádio na escola como política pública em São Paulo

O sucesso dos projetos e das discussões aqui expostas encaminhou o debate para o Educom.rádio. O vereador Carlos Neder do Partido dos Trabalhadores – PT, apresentou à Câmara Municipal de São Paulo, um projeto de lei destinado a garantir a continuidade dos programas de educação e ampliou sua abrangência. Também, a lei, sancionada pela Prefeita Marta Suplicy, em dezembro de 2004, e regulamentada pelo Prefeito José Serra, em agosto de 2005, estabeleceu a obrigatoriedade da promoção da linguagem radiofônica nas atividades implementadas por Secretarias como as da Cultura, Saúde, Meio Ambiente e Educação. Nesse sentido, a “Lei Educom – Educação pelas Ondas do Rádio” definiu como meta para a cidade de São Paulo: o desenvolvimento da radiodifusão restrita e comunitária, bem como toda forma de veiculação midiática, no âmbito da administração municipal; o incentivo às atividades de rádio e de televisão comunitária em escolas e centros culturais, bem como nas dependências de Secretarias como a da Saúde, Cultura, Esporte, Meio Ambiente e Educação.

Ressalta-se que a Lei Educom não versa apenas sobre o rádio, mas o privilegia entre as tecnologias de difusão de informações. Por outro lado, não fala da radiodifusão aberta, comercial ou educativa, mas de um tipo diferente de uso dos recursos midiáticos: o uso educacional. Para a lei, “uso educacional” é aquele planejado para ampliar as habilidades e competências comunicativas das pessoas de forma a “favorecer a expressão de todos os membros da comunidade”.¹

1 Lei Educom - nº 13.941, de 28 de dezembro de 2004, que institui o Programa EDUCOM – Educação pelas ondas do rádio, no Município de São Paulo, e dá outras providências. MARTA SUP LIC Y, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 16 de dezembro de 2004, decretou e eu promulgo a seguinte lei: Art.

1º Fica instituído o Programa EDUCOM - Educomunicação pelas ondas do rádio, no âmbito da Administração Municipal.

§ 1º Para os fins da presente lei, entende-se por educomunicação o conjunto dos procedimentos voltados ao planejamento e implementação de processos e recursos da comunicação e da informação, nos espaços destinados à educação e à cultura, sob a responsabilidade do Poder Público Municipal, inclusive no âmbito das Subprefeituras e demais Secretarias e órgãos envolvidos.

§ 2º Visa o Programa instituído por esta lei ampliar as habilidades e competências no uso das tecnologias, de forma a favorecer a expressão de todos os membros da comunidade escolar, incluindo dirigentes, coordenadores, professores, alunos, exalunos e demais membros da comunidade do entorno.

§ 3º O Programa de que trata esta lei e o conceito de educomunicação contemplam a análise crítica e o uso educativo-cultural, não apenas do rádio, mas de todos os recursos da comunicação, garantindo-se, para tanto, uma gestão democrática de tais processos e recursos, de forma a facilitar a aprendizagem e o exercício pleno da cidadania.

Art. 2º Os objetivos do Programa são:

I - desenvolver e articular práticas de educomunicação, incluindo a radiodifusão restrita, a radiodifusão comunitária, bem como toda forma de veiculação midiática, de acordo com a legislação vigente, no âmbito da administração municipal; II - incentivar atividades de rádio e televisão comunitária em equipamentos públicos, nos termos da legislação vigente; III - capacitar, em atividades de educomunicação, os dirigentes e coordenadores de escolas e equipamentos de cultura do Município, inclusive no âmbito das Subprefeituras e demais Secretarias e órgãos envolvidos, assim como professores, estudantes e demais membros da comunidade escolar; IV - incentivar atividades de educomunicação relacionadas à introdução dos recursos da comunicação e da informação nos espaços públicos e privados voltados à educação e à cultura; V - capacitar os servidores públicos municipais em atividades de educomunicação; VI - incorporar, na prática pedagógica, a relação da comunicação com os eixos temáticos previstos nos parâmetros curriculares; VII - apoiar a prática da educomunicação nas ações intersetoriais, em especial nas áreas de educação, cultura, saúde, esporte e meio ambiente, no âmbito das diversas Secretarias e órgãos municipais, bem como das Subprefeituras; VIII - desenvolver ações de cidadania no campo da educomunicação dirigidas a crianças e adolescentes; IX - aumentar o vínculo estabelecido entre os equipamentos públicos e a comunidade, nas ações de prevenção de violência e de promoção da paz, através do uso de recursos tecnológicos que facilitem a expressão e a comunicação.

Experiência e Prática: Projeto Educom.rádio

Em 2001, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em parceria com o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, contratou um curso de extensão para seus professores chamado Educom.rádio: educomunicação pelas ondas do rádio. O curso foi dividido em módulos de 36 horas cada e foi implantado em 455 escolas municipais do ensino fundamental (EMEF).

Foram divididos em 12 encontros de 8 horas, que aconteciam aos sábados em escolas pré-selecionadas dentre todas, conhecidas como escolas-pólo.

Art. 3º Para implementar o Programa instituído por esta lei, caberá ao Poder Executivo a constituição de um Comitê Gestor, cuja composição e competências específicas serão definidas em decreto.

§ 1º Fica assegurada a participação no Comitê Gestor das diversas Secretarias afetas ao programa, de representantes de universidades que desenvolvam pesquisas e práticas de educomunicação, de grêmios estudantis das escolas municipais e demais entidades representativas da comunidade escolar, do Sindicato dos Jornalistas, do Sindicato dos Radialistas e de entidades voltadas ao desenvolvimento da prática da comunicação educativa.

§ 2º A composição do Comitê Gestor deverá observar a paridade entre a representação da sociedade civil com relação aos demais segmentos.

Art. 4º Fica autorizado o aporte de recursos de instituições públicas ou privadas, interessadas em financiar o Programa EDUCOM-Educomunicação pelas ondas do rádio.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 28 de dezembro de 2004, 451º da fundação de São Paulo. MARTA SUPPLY, PREFEITA. LUIZ TARCÍSIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico. MARIA APARECIDA PEREZ, Secretária Municipal de Educação. CELSO FRATESCHI, Secretário Municipal de Cultura.

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 28 de dezembro de 2004. RUI GÖTHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal. Publicado no DOM n. 243, de 29/12/2004 p. 1.

Inicialmente, foram abertas vagas para participarem de cada encontro 13 professores / funcionários, 10 alunos e 2 membros da comunidade local. Com o passar do tempo, mais e mais pessoas foram aderindo aos cursos, que eram ministrados por professores da USP ou de organizações com ideais similares, via palestras e debates para os adultos, com os seguintes temas: Linguagens da Comunicação; Escolas, Meios de Comunicação e Mediações Culturais; Práticas Educomunicativas; Política de Comunicação e Participação Popular; Subjetividade e Educomunicação, Pluralidade Cultural e Comunicação; Protagonismo Juvenil e Comunicação; Meio Ambiente e Comunicação; Saúde e Comunicação. Ao mesmo tempo, os mesmos temas foram introduzidos aos estudantes, mas em forma de atividades. Para isso, foram contratadas equipes de mediadores, formados pelo NCE, para auxiliarem os alunos em todo o processo.

As oficinas reuniam jovens e adultos trabalhando em conjunto na produção dos programas, roteiros, mapas narrativos e vinhetas em espaços privilegiados de discussão e reinterpretação de práticas pedagógicas tradicionais, que opõem a hierarquia adultos x jovens ou professores x alunos. Durante o período do Educom.rádio, todas as escolas participantes receberam um equipamento de rádio, com o propósito e objetivo de ficarem fixos em tais e que rádios comunitárias fossem instaladas no ambiente escolar após o término do projeto.

Foram superados limites de um curso de formação tradicional, pois uniu dois vértices: a prevenção da violência dentro do ambiente escolar e a implantação da linha teórica/metodológica levada a cabo pelo NCE enquanto núcleo de pesquisa (e extensão) quem iniciou em 1996 analisando a inter-relação entre os campos da comunicação e educação, para operar o campo da educomunicação, que foi o fio condutor do projeto Educom.rádio.

Relato teórico-prático de experiência.

O pesquisador Matheus Henrique Pinheiro Ribeiro, convidado pela Prof. Dra. Rose Mara Pinheiro a conhecer e trabalhar em um projeto da Escola de Comunicação e Arte, ECA, da USP em parceria com a prefeitura da cidade de São Paulo iniciou seu aprendizado prático teórico sobre Educomunicação – Educom. Rádio, como integrante da equipe de mediadores, monitores, de alunos em um dos núcleos selecionados para fazer parte do Educom.Rádio.

Segundo seus registros, o projeto tinha como meta atingir pais, membros da comunidade e alunos de escolas públicas das periferias do município da cidade de São Paulo, fundamentalmente em regiões onde os índices de violência cresciam dentro e nas redondezas dessas escolas.

Percorreu a região e iniciou o processo de criação dos seus mapas narrativos, segundo sua percepção. Registrou, cartografou e mapeou. Escolheu trabalhar com o meio de comunicação, rádio. Acreditava que a ferramenta despertava a criatividade, incentivava o trabalho em equipe, desenvolvia a oralidade e a expressão corporal dos envolvidos.

Sem possuir formação pedagógica, descreveu as ações do projeto Educom.Rádio, como construtor de metodologia descontraída e diferente da que conhecia ou esteve envolvido até o momento.

Observou a prática das crianças em criar mapas narrativos, desenhados à mão, sobre o bairro em que habitavam, lugares que traziam emoções diversas, e o que gostaria de falar nos programas de Rádio. A cartografia serviu para a concepções dos roteiros dos programas na rádio. Toda a criação deveria ser desenvolvida pelas próprias crianças. Uma vez protagonistas, múltiplos temas surgiam, desde problemas do bairro em que habitavam, falta de infraestrutura, até o temor à violência.

Observou-se que o Educom.Rádio constrói o conceito de participação, experiência: todos os envolvidos atuam, ou como produtores dos programas, ou como radialistas, ou como ouvintes. A formulação de pautas e as discussões durante a veiculação dos programas promoveu o desejo de sistematização, organização e conhecimento sobre o que se falava; os programas foram pensados de acordo com o interesse dos alunos e dos integrantes da comunidade e para uma boa transmissão, perceberam a necessidade de aprofundamento sobre as temáticas e a elaboração de roteiros. Um aprendizado social adquirido pela experiência e vivência.

As experiências colaborativas de produção midiática sustentaram o projeto, numa perspectiva crítica e criativa das mídias.

Um dos aspectos que diferencia esta experiência de demais, criadas em escolas ou comunidades é que está de fato trouxe o protagonismo dos envolvidos.

Pôde ser notado a demanda por programas de cunho formativo e de promoção à participação. Em formas de debates, programas humorísticos, jornalísticos e musicais, os problemas do território físico e social da região se fizeram presentes. Questões sobre Educação, Lazer, Cultura, Saúde, Esportes e Políticas Públicas compuseram as pautas.

Não obstante, dificuldades foram encontradas, entre as elas, a resistência inicial de algumas crianças, devido a dificuldade em se comunicar através de um microfone conectado à um aparelho e, ao pouco domínio técnico quanto ao funcionamento de um programa de rádio. Tais empecilhos foram superados pelas ações das próprias crianças: a primeira por meio de levantamentos dos temas que desejavam discutir, a exposição dos assuntos via rodas de conversas, desenhos dos mapas narrativos e contações de histórias. O acompanhamento da produção e transmissão dos programas de rádio, por especialistas que conhecem as técnicas, antecedendo ao início das atividades na rádio, também, colaboraram para que as dificuldades fossem superadas.

Considera-se que o projeto conseguiu produzir conteúdo midiático em processo de emancipação crítica. Os envolvidos com a produção dessa experiência criaram aproximação crítica com o meio de comunicação rádio. As crianças à medida que criavam seus programas, com novos conteúdos sociais, culturais, políticos e econômicos se dedicaram mais aos estudos teóricos das temáticas, segundo relatos dos docentes.

Isto posto, este artigo, a partir da observação/participativa do pesquisador Matheus, considerou que a experiência, a elaboração dos programas pelas próprias crianças, o projeto em si, como uma experiência educadora social. Construtora não só do espírito colaborativo entre os agentes que trabalharam com Educação/Midiática/Rádio, mas, também sobre a necessidade premente de se pensar e discutir na academia a relevância da Educom.Rádio para os processos educacionais contemporâneos.

Referências

AGUIRRE, Jesús María; BISBAL, Marcelino. *la ideología como mensaje y masaje*. Caracas: Monte Avila Editores, 1981.

ALVES, Patrícia Horta. *Educomunicação: a experiência do núcleo de Comunicação e Educação*. Mestrado, ECA-USP, 2002.

BELLONI, M.L. *o que é mídia-educação*. Campinas: Autores Associados, 2001.

BORDENAVE, Juan Diaz; CARVALHO, Horácio Martins de.

Comunicação e planejamento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BRUNI, Isabella. *l'Educomunizzazione brasiliana sulle onde della radio. Analisi di Caso*. Roma: Università La Sapienza, 2010.

BUCKINGHAM, David. *Watching media learning. making Sense of media Education*. Londres: Falmer, 1990.

CANCLINI, Néstor. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: UFRY, 1995.

CITELLI, Adilson Odaír; COSTA, Maria Cristina Castilho. *Educomunicação – construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 201

COSTA, João Ribas. *Educação fundamental pelo rádio: alfabetização de adultos e cultura popular por meio de sistemas radiofônicos e recepção organizada*. São Paulo: Empresa Gráfica Editora Guia Fiscal, 1956

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. *História da comunicação: rádio e TV no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982. FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001. GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]. *Rádio Escola*. Disponível em: . Acesso em: 27 jul. 2006. MOREIRA, Sonia Virgínia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

PICHETTE, Michel (Org.). *Vivre avec les médias: ça s'apprend ! Québec/Montreal : Centrale de l'enseignement du Québec ; Service aux collectivités de l'Université du Québec à Montreal*, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

ROQUETTE-PINTO, Vera Regina. *Roquette-Pinto, o rádio e o cinema educativo*. Revista USP, São Paulo, nº 56, dez. 2002-fev. 2003, p. 10-15.

SALGADO, Álvaro. A radiodifusão educativa no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

SCHWARTZ, Rosana.M.P.B. Mulheres de Fé, São Paulo, Exporessão e Arte, 2010.

TAVARES, Reynaldo. Histórias que o rádio não contou: do galena ao digital, desvendando a radiodifusão no Brasil. 2ª ed. Ed. Harbra, 1999.

Sobre os autores

Matheus Henrique Pinheiro Ribeiro - Mestrando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Rosana M. P. B. Schwartz - Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.